

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
-----**REUNIÃO 05 DE MARÇO DE 2004**-----
-----**ACTA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E QUATRO**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Carlos João F. Pereira da Fonseca (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira(CDU); João Manuel Marques Lopes (PS); João António Ricardo Mateus (BP); José Alexandre Fonseca (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); José Júlio Martins Barreiras (PSD); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); Paulo Pereira Rodrigues (PSD) ; Susana Paula Geraldês Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); António Fernando Lopes (PS); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marques Henriques (BP). -----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores António José Silva Faustino, Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola, Jorge Manuel Costa Pereira e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----
-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no auditório municipal do Bombarral. -----
-----**ADESÃO À COMUNIDADE URBANA DO OESTE:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Com a publicação da respectiva legislação, foi criado um instrumento jurídico decisivo para o início do processo de descentralização administrativa, possibilitando aos municípios o seu agrupamento em Áreas Metropolitanas (Grandes Áreas Metropolitanas ou Comunidades Urbanas), as quais poderão receber novas competências, transferidas quer da administração central, quer dos próprios municípios. Tendo em conta a exigência de um nexo de continuidade territorial entre os municípios que pretendem ligar-se entre si e a exigência para constituir uma COMURB de, pelo menos, três municípios e 150 mil habitantes; Considerando que quer ao nível da Associação de Municípios do Oeste, quer nos diversos órgãos autárquicos do nosso concelho, se tem vindo a gerar um consenso favorável à participação do concelho do Bombarral neste futuro organismo; Tendo em conta o objectivo de agregar os municípios para procurar descentralizar a execução e racionalizar a gestão, consolidando as realidades concelhias, desde já homogéneas, mas também pelo aproveitamento de alguma diversidade; Considerando o interesse dos municípios em consensualizar uma posição para a constituição de uma

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

Comunidade Urbana do Oeste forte e assente na unidade e coesão de todas as autarquias, a Câmara Municipal de Bombarral, propõe à Assembleia Municipal de Bombarral, a adesão à Comunidade Urbana do Oeste com os seguintes considerandos: 1. A Comunidade Urbana do Oeste deverá ser uma estrutura de gestão, com uma visão estratégica e não apenas administrativa e territorial. 2. Deve ser estabelecido o princípio de “Um Município, um voto”, não permitindo a divisão entre concelhos grandes e pequenos. 3. A distribuição interna do investimento público vindo do Quadro Comunitário de Apoio ou do Orçamento Geral do Estado deve ser feita numa perspectiva de discriminação positiva do desenvolvimento dos municípios, devendo ser adoptados por consenso indicadores e critérios económicos, sociais e humanos, com a devida antecedência. 4. A transferência de atribuições das Câmaras Municipais, que deverá ficar definida antes da constituição da Comunidade Urbana deve agilizar uma dinâmica de sucesso, rentabilizando ao máximo o trabalho já realizado pela Associação de Municípios do Oeste, devendo inicialmente constar o apoio e o acompanhamento na definição do Plano Regional de Ordenamento do Território, na elaboração do Plano Intermunicipal da Região Oeste e na elaboração de um plano de investimentos com vista ao QCA IV. 5. A adesão à gestão conjunta de projectos / serviços deve ser voluntária e obriga à permanência do município pelo período de tempo estabelecido no respectivo estudo económico e devidamente contratualizada, não devendo nenhuma autarquia contribuir com um valor superior do que aquele com que contribuiria se o fizesse por si só. 6. Deverá ser elaborado um estudo completo sobre esta matéria antes da constituição da Comunidade Urbana do Oeste. 7. De forma periódica deve ser prestada informação pela Comunidade Urbana do Oeste à Assembleia Municipal, de forma a garantir o respectivo acompanhamento e responsabilização política.” -----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) questionou se o termo descentralização administrativa será o mais indicado nesta situação. Ainda hoje gostaria de saber onde estão definidas as competências a transferir. Sabendo da existência dos estatutos há uma série de pressupostos da proposta que gostaria de saber como se interligam com os estatutos. Tem um grandíssimo ponto de interrogação em relação ao ponto 6. Questionou igualmente o teor do ponto 7 e disse que são muitas dúvidas que se lhe colocam em relação a esta proposta. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) considerou que em face da continuidade territorial não nos resta outra opção, mas deverá ser feito um esforço para otimizar as questões que são postas. Caberá às pessoas que vão negociar desenvolver o espírito subjacente a esta proposta. O que o Governo e o PSD defendem é tentar otimizar os recursos e criar uma dinâmica das regiões. É necessário abandonar o espírito de capelinhas. Está em cima da mesa um bom instrumento para que se criem dinâmicas que consubstanciem o desenvolvimento desejado. Vão apoiar esta iniciativa e espera que se chegue a um bom entendimento. -----

-----O senhor Manuel Patuleia deixou claro que na última reunião da Assembleia foi tomada uma posição que tinha a ver com uma recomendação feita ao Presidente da Câmara para propor o Bombarral para sede da Comunidade Urbana do Oeste e nada mais do que isso. Esta comunidade urbana é algo muito importante para esta região e

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

espera que o concelho do Bombarral não perca mais uma vez o movimento do comboio. O Bombarral Primeiro não vai partir as pernas à Comunidade Urbana do Oeste porque quer que se dêem passos firmes e concretos para o desenvolvimento da região. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a proposta apresentada resulta da fusão de três propostas surgidas em reunião de Câmara, reconhecendo que alguns dos considerandos albergam conteúdo para o além do que está estabelecido na lei. Cabe a todos os eleitos um papel importante para encontrar o termo de realização das questões que possam trazer importância e dar conteúdo. As competências encontram-se referidas no artigo 2.º dos estatutos e serão acompanhadas do respectivo envelope porque as autarquias estão causticadas porque os meios vêm sempre atrasados. As competências a transferir da Câmara Municipal para a CUO terão de ser sancionadas pela Assembleia Municipal. Não fez questão de referir mas na reunião onde foram aprovados os estatutos ficou claro que não se punha em causa nenhuma das sociedades já existentes em termos de sedes e funcionamento dos serviços, mas também ficou claro que as empresas a constituir se deviam sedear nos concelhos que ainda não têm qualquer serviço. Assim como a grande área de desenvolvimento tecnológico será construída no limite dos concelhos de Cadaval, Lourinhã e Bombarral e o pólo tecnológico deve ser desenvolvido nessa área. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) saudou a mesa por ter promovido uma sessão de esclarecimento sobre esta matéria, porque crê que tem havido pouca divulgação. O Bombarral não tem alternativa porque está rodeado de concelhos que vão aderir à Comunidade Urbana do Oeste. Continua a achar que estas áreas são demasiado pequenas. Devia haver um consenso para as mesmas tivessem mais massa crítica. É também pena que se tenham criado situações a nível de partidarização, assumindo a contagem de votos e sobrepondo-se aos interesses das populações. Como é uma lei nova e dinâmica espera que seja aperfeiçoada e se sinta vontade de criar unidades maiores. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) declarou que “Somos hoje confrontados com a discussão da adesão, ou não, do Concelho do Bombarral à Comunidade Urbana do Oeste. E ao sermos confrontados com esta adesão, reconhecemos que nenhum dos actuais órgãos autárquicos do Bombarral, está mandatado pela população para tomar este tipo de decisão. No entanto não é só por si, este facto impeditivo de em consciência tomarmos a nossa posição. Mas, a posição que vamos tomar nesta Assembleia, não sabemos antecipadamente se é uma posição que vai de alguma forma, implicar com o dia a dia de cada cidadão deste concelho, ou se por outro lado é uma decisão na continuidade da já existente AMO Associação de Municípios do Oeste e que mais não será do que uma fuga para a frente e uma nova oportunidade para a criação de alguns quantos lugares, principescamente pagos a quem pouco se importará com o bem estar de toda uma população e uma Região Oeste Assim, o CDS Partido Popular, como partido municipalista que é, e por acreditar que é necessário efectuar-se uma Assembleia Municipal do Bombarral. descentralização de poderes, correspondendo aos apelos de amplas correntes de opinião pública e para

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

corresponder aos verdadeiros anseios de uma grande maioria dos Destinos e, na defesa das tradições e, de uma imagem de marca que venha a congregar a agricultura; os produtos e serviços; o artesanato; a gastronomia; as artes; as pessoas e toda uma região que se sinta solidária nas tarefas que serão necessárias para levar a cabo um desenvolvimento sustentado da agora recente e formada Comunidade Urbana do Oeste, vai votar favoravelmente a adesão do Concelho do Bombarral á Comunidade Urbana do Oeste mas sem euforias, porque sobre esta. matéria, estamos um pouco como São Tomé, ver para crer, até porque neste momento ou aderimos ou vamos ficar isolados como uma ilha no meio desta Comunidade Urbana e de outros concelhos de quem mesmo não querendo iremos sempre depender. “-----

-----A D. Susana Manco (PS) disse ser com muita tristeza que verifica a ausência da maioria dos vereadores. Isso deve ser sinal de que a desmotivação da população chegou aos vereadores. Agradeceu a organização do colóquio à 15 dias com um excelente painel de oradores, mas que não foi conclusivo. Subscrive o receio do senhor Carlos João Fonseca quanto á partidarização da Comunidade Urbana. Isto é uma proposta do governo e a representatividade será do poder local. Pode ser um novo fôlego do Oeste mas depende da qualidade dos autarcas que estiverem à frente, da visão que tenham e o Bombarral deu exemplo disso, porque esta foi a primeira Assembleia a discutir o assunto mas infelizmente é a última a votar. Não pode deixar de discordar com Carlos João Fonseca porque não somos uma região pequena porque temos uma grande coerência e diversidade.-----

-----A D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) Discordou do senhor Presidente da Câmara quando este diz que as competências que o município vai passar para a CUO vão ser decididas na Assembleia Municipal. O que vê nos estatutos são áreas já definidas. O que devia ser decidido pelo conjunto dos eleitos vai ser decidido por apenas 33. Acha que o colóquio foi conclusivo pois mesmo os que defendem a lei das comunidades urbanas foram incapazes de indicar um único benefício deste tipo de associações. “o processo de criação das Comunidades Urbanas parte de um falso princípio, já que este se apresenta como uma medida descentralizadora, quando na prática estamos perante uma mera fórmula de associação de municípios que mais não visam que prosseguir competências destes. A cooperação e intervenção entre municípios (como era feito no âmbito da AMO) pode dar coerência e potenciar o desempenho de competências e tarefas de responsabilidade municipal, mas não é a base em que se suporia uma política de desenvolvimento regional. Estes organismos não tem nem os meios nem os poderes efectivos que lhes permitam assumir a condução de políticas regionais. É bom que não nos iludamos. A Comurb do Oeste não preenche o lugar de um organismo de poder administrativo regional. A Comurb do Oeste unicamente não vai ter como consequência uma desestruturação da organização territorial como poderá ocorrer noutras regiões do país. Com a adesão à Comurb do Oeste o nosso município vai ser despojado de numerosas atribuições e competências e de poderes efectivos para o nosso território em importantes domínios. Poder-se á dizer que ganhamos outras competências e os respectivos meios para as realizar. Como? Contratualizando essas competências e meios com a administração Central. Dependerá

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

de n factores o que possa ser conseguido, e assim poderemos fazer parte de uma Comurb de 1a, de 2a ou de 3a. Estamos perante uma incógnita, a decidir completamente no escuro. Que descentralização é esta, que a única coisa que regulamenta são as atribuições e competências que os municípios (a base) passam para o órgão intermédio (a Comurb) e deixa de fora aquilo que a Administração Central terá que conceder? Esta é a subversão total da ideia de descentralização, que pressupõe que quem tem poder de decisão o passa para organismos abaixo de si, exactamente o contrário do que aqui se passa. São os Municípios que vão suportar grande parte dos custos da Comurb e aqui é bom lembrar que estamos a falar de uma Junta da Comurb, uma Assembleia da Comurb, um Conselho Executivo da Comurb, quadros próprios de pessoal e pelo menos um Administrador Executivo. Se nós, já hoje em dia, temos grandes dificuldades em pagar as nossas contribuições à AMO, à Resioeste, à Pisoeste, às Águas do Oeste, como é que vai ser agora com a Comurb do Oeste? Dificilmente num quadro de má legislação se encontrarão boas soluções e respostas. Infelizmente, estamos perante uma decisão em que os riscos serão muito superiores aos resultados, (que estamos convencidos que serão poucos) que dela se possam retirar. O único mérito da Comurb do Oeste é responder a uma certa lógica de ordenamento do território e não ser fruto de arrumações artificiais ditadas por disputas de lideranças políticas regionais.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que a Câmara Municipal votou por unanimidade a adesão à Comunidade Urbana do Oeste. Quanto ao atraso de alguns vereadores na presente reunião fica a dever-se ao facto de estarem presentes num jantar de despedida de duas funcionárias que se reformaram. O teor do artigo 2.º dos estatutos diz respeito a transferência de competências da administração central para a Comunidade Urbana do Oeste.-----

-----Colocada a proposta supra transcrita à votação foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (9 do PSD, 8 do BP, 5 do PS e 2 do CDS/PP) e 2 abstenções (2 da CDU) aprovar a mesma.-----

-----**REGULAMENTO MUNICIPAL DAS OPERAÇÕES URBANISTICAS E DAS RESPECTIVAS TAXAS E DAS RESPECTIVAS COMPENSAÇÕES:** O senhor Presidente da Câmara disse que o regulamento distribuído teve a sua razão de ser na circunstância de após a entrada em vigor em 2001 do Decreto-lei 555/99 ser imposta a elaboração do mesmo. A Chefe de Secção Raquel Pedro, o arquitecto Nuno Morais, a Dr.ª Marina Lemos, o eng. Luis Mil-Homens e a arquitecta Márcia Carvalho chegaram a esta 6.ª versão que foi apreciada pela Câmara em 15.10.2003 e posteriormente submetido a inquérito público através da publicação na II série do Diário da República e de editais. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) considerou ser pena que a informação que acompanha o regulamento não faça menção ao agravamento que vai recair sobre as populações, que não deveria ultrapassar a melhoria do rendimento real das pessoas. Solicitou esclarecimentos sobre as alíneas b) e e) do artigo 13.º e sobre as alíneas f) e g) do artigo 14.º considerando que após esta assembleia ter criado a comissão para a comemoração do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência que desenvolveu diversas

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

actividades, este artigo 14.º ainda penaliza mais as pessoas por serem deficientes. Considera o conteúdo da alínea f) do artigo 14.º abominável. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que tendo em conta a nossa raiz rural a revisão do PDM procura encaminhar algumas áreas para um certo desenvolvimento turístico. Quanto à alínea f) do artigo 14.º é algo que em termos de apreciação da isenção na alínea h) não se exclui. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) solicitou informação sobre se a discussão pública deste regulamento foi publicitada nos jornais locais. Gostaria de saber da oportunidade deste regulamento uma vez que estamos na fase de elaboração da revisão do PDM. Quanto ao artigo 10.º de facto isenta edificações com área inferior a 3.000 m² pelo que na prática não é preciso projecto para quase nada o que poderá trazer situações complicadas. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) considerou a alínea f) do artigo 14.º penalizante. Os agregados familiares com dificuldades não precisam de estar 10 anos, mas os grandes deficientes têm de levar mais duas cruzes: têm de estar 10 anos e ser pobrezinhos. -----

-----A D. Susana Manco (PS) considerou estarmos confrontados com um grave problema que a Associação Real 21 suscitou. Relembrou a reacção do senhor Presidente da Câmara na última reunião da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território quando lhe foi sugerido que retirasse uma planta exótica do jardim de Mata Municipal. É muito bonito haver regulamentos mas é preciso fazê-los com a convicção de que vão ser cumpridos. Não pode deixar de reforçar o que foi dito sobre a alínea f) do artigo 14.º. Não sente em condições de aprovar este regulamento com esta alínea que tem um carácter discriminatório. Ainda hoje viu nas páginas dos jornais um episódio deplorável ocorrido na Câmara Municipal de Lisboa em que uma vereadora assinou um ofício sem saber que se proibiam crianças deficientes de concorrer a bilhetes do Euro 2004. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) considera lamentável o teor da alínea f) do artigo 14.º pela discriminação que faz ao exigir de um deficiente o que não exige às outras pessoas. Perguntou quem vai avaliar a integração na sociedade. É complicadíssimo de avaliar e pode levar a atitudes de discriminação. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) lembrou que nesta altura a Assembleia não pode fazer propostas de alteração ao Regulamento. Relativamente à questão da dispensa do projecto de execução, o senhor João Paulo Hermenegildo deu sequência à preocupação que levantou. Chama a atenção para o artigo seguinte que define claramente o que é um projecto de execução. Pergunta como é possível um edifício a partir dos 150 m² não ter um projecto que especifique a forma como vai ser construído. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo sugeriu à Câmara Municipal que retire o ponto da ordem do dia para reflectir sobre o mesmo. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) considerou que a celeuma está instalada. Aconselhou a Câmara Municipal a retirar o documento porque com esta redacção o BP não pode votar favoravelmente. -----

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

-----O senhor Presidente da Câmara no tocante à publicitação do regulamento foi cumprido o preceito do Código do Procedimento Administrativo. Neste caso não há nenhuma menção expressa na lei de que tem de ser feita a publicitação na imprensa do regulamento. Quanto ao artigo 10.º disse que este regulamento e a revisão do PDM não são questões que se anulem mutuamente. A revisão do PDM tem por objectivo trazer novos elementos de ordenamento do concelho e não leva à anulação dos regulamentos existentes. Este artigo visa apenas procurar aliviar procedimentos na apresentação de documentos. Quanto ao artigo 14.º não tem elementos novos a referir a não ser a circunstância de estar este tecto e tratando-se do capítulo das isenções o que se procura é estabelecer um tecto a partir do qual a isenção é geral. A Câmara Municipal está aberta a procurar ter uma apreciação sobre a decisão da Assembleia Municipal. Não lhe cabe o conteúdo de procurar retirar a proposta.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia citou o n.º 2 do artigo 53., o n.º 7 do artigo 64.º e a alínea b) do n.º 1 do artigo 68.º da lei 5-A/2002, referindo que o Presidente da Câmara não tem a competência de retirar uma proposta remetida pela Câmara Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a razão de ser da apresentação deste regulamento data de 2001. Demoraram 2002 e 2003 a elaborá-lo. O que em termos de receitas este atraso ocorre é manifesto em termos de orçamento municipal. Assume o compromisso de procurar levar à Câmara o mais rapidamente possível a reposição das questões colocadas. Pede que procurem entender o seu pedido e o seu compromisso.-----

-----A bancada do PSD solicitou a interrupção dos trabalhos por 5 minutos. -----

-----Pelas 23.00 horas foi a sessão interrompida por 2 minutos. -----

-----Pelas 23.09 horas foi a sessão reatada com a presença de todos os membros da Assembleia.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que esta situação só demonstra que num Ano Europeu das Pessoas com Deficiência mesmo a Câmara Municipal não acautelou esta situação. Ouviu o compromisso do senhor Presidente da Câmara de que na próxima reunião vai levar esta questão ao executivo. O senhor Presidente da Câmara já os habituou a que as coisas demorem muito tempo pelo que vê a situação com alguma desconfiança. Tem de mostrar um grau de sinceridade em como vai ser da sua vontade alterar este ponto. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse estar em crer que quando esta questão foi votada na Câmara nem sequer repararam nesta alínea. Pergunta se isso dá uma boa imagem do executivo. Isso é sinal de incompetência e desleixo. Perguntou qual o custo da Câmara ter tido na gaveta durante ano e meio este regulamento, tal como outros atrasos que se têm verificado. A dignidade da condição humana é superior. Hoje existe sensibilidade para estas questões. Não há dinheiro que pague o desaforo que é esta alínea.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que esta Assembleia já votou propostas que implicaram custos para o município porque o senhor Presidente da Câmara informou que os prazos estavam a terminar. Há explicações que o senhor

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

Presidente da Câmara podia dar se estivesse por dentro do documento mas revela que não o está minimamente. Mais gravoso do que estar um ano sem orçamento não há. Esta alínea envergonha todos.-----

-----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que esta alínea f) tem 3 requisitos e entende os 2 primeiros mas o 3.º é totalmente subjectivo e oferece-lhe bastante preocupação. Como é que a Câmara vai fazer a aferição se as pessoas estão em condições de beneficiar de apoio judiciário?-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse julgar que o tratamento mais recente que a Câmara deu em termos de compromisso foi aquando da revisão do orçamento. Não nega algumas expressões que podia ter tido mas a preparação dos documentos é feita por um conjunto de pessoas que faz parte da Câmara Municipal. Tendo expressado que faz parte do regulamento um articulado que regula os mais variados aspectos dos projectos, faz notar que sendo tomada uma deliberação pela Assembleia Municipal a entrada em vigor leva um certo tempo e em Abril há uma sessão ordinária deste órgão. Não foi ele quem teve o regulamento na gaveta. Os serviços com as várias reuniões levaram muito tempo para o elaborar, após o que, com a prontidão possível levou o documento a reunião de Câmara. A demora no agendamento deste documento não se ficou a dever a desleixo da sua parte. -----

-----Colocada a proposta de Regulamento Municipal das Operações Urbanísticas e das Respectivas Taxas e Compensações foi o mesmo reprovado com 13 abstenções (9 do PSD, 2 do PS e 2 do CDS/PP) e 13 votos de reprovação (8 do BP, 3 do PS e 2 da CDU). -----

-----**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA AO XIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:** Foi presente a seguinte proposta do Grupo Municipal do PSD: “Os abaixo assinados propõem o nome do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal José João Jesus Ferreira, como candidato a representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho ao XIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Como suplente propõe-se o nome do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral José Manuel Gonçalves Vieira.”-----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) considerou que o ofício da ANMP dá indicações dos temas que vão ser discutidos e que justificam um amplo debate dos autarcas do nosso município. Gostava de saber se já existe mais documentação. Havendo uma única lista gostaria de saber o que é que os candidatos se propõem representar e o que vão defender no congresso. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia confirmou haver já alguma documentação que chegou da ANMP e que vai enviar às bancadas. Em Fevereiro esteve numa reunião preparatória do congresso que decorreu em Rio Maior. Neste congresso as conclusões já vão preparadas. Assumiu o compromisso de em breve dar a sua opinião sobre esta matéria. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal disse que depois de lhe ser fornecida a documentação irá estudá-la e defender o que estiver ao seu alcance. Tem dado provas de saber defender aquilo para que foi eleito. -----

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral considerou que para um Presidente de Junta de Freguesia participar neste congresso não é preciso andar a colar cartazes mas sim ter vontade de defender as freguesias e o concelho e é nessa medida que estão propostos como candidatos. É evidente que ninguém nesta assembleia estará preparado para defender o concelho no congresso mas terão o cuidado de ir preparados. -----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto foi deliberado com 13 votos a favor, 1 voto contra e 12 votos em branco indicar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia ao XIV Congresso da ANMP. -----

-----**ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORIFICAS A CIDADÃOS DO BOMBARRAL QUE FORAM PRESOS POLÍTICOS ANTES DO 25 DE ABRIL:** Foi presente a seguinte proposta subscrita pelo senhor Presidente da Mesa e pelos líderes dos cinco grupos municipais: "Considerando que, este ano se comemoram 30 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974; Considerando que, durante os longos anos da Ditadura, houve Mulheres e Homens do nosso Concelho, que pagaram caro o preço da luta pela Liberdade e da afirmação dos ideais da Democracia e que por isso se viram privados da própria Liberdade pela qual lutaram, sujeitando-se a longos períodos de prisão por motivos políticos; Considerando que foi também devido à luta dessas Mulheres e Homens, em conjunto com outros Cidadãos por todo o País, que é hoje possível vivermos em Liberdade, razão pela qual deverá o Concelho do Bombarral mostrar-se orgulhoso e simultaneamente reconhecido, já que, essa luta foi afinal a luta de todos os nós; Considerando que apesar de terem já passado 30 anos sobre o 25 de Abril, ainda não é tarde para que o Concelho do Bombarral reconheça, como é justo, o sacrifício e a luta dessas Mulheres e Homens; Assim: No seguimento das diversas reuniões que para o efeito ocorreram entre o Presidente da Mesa e os Líderes das Bancadas dos Partidos e Movimento com assento na Assembleia Municipal, que com a colaboração dos Serviços Administrativos da Autarquia e do Centro de Documentação 25 de Abril, procederam à elaboração de uma listagem, que se considera o mais completa possível, de todos os cidadãos Bombarralenses detidos por delito de opinião, antes do 25 de Abril de 1974, propõem os abaixo-assinados que nos termos do artigo 12º do "Regulamento de Medalhas Honoríficas e sua Designação" seja atribuída a **MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO** aos cidadãos a seguir indicados, que por motivos políticos estiveram presos antes do 25 de Abril de 1974: -----

- ADELINO MARQUES FERREIRA; -----
- ALFREDO DE JESUS GONÇALVES - A título póstumo; -----
- AMÉRICO PEREIRA - A título póstumo; -----
- ANTÔNIO CÂNDIDO PEREIRA - A título póstumo; -----
- ANTÔNIO LAURA - a título póstumo; -----
- ARMANDO MARQUES SOUSA; -----
- ARMINDO MIL-HOMENS; -----
- AURÉLIO MIL-HOMENS - A título póstumo; -----
- DELMAR NUNES LAURA; -----

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

- DIAMANTINO SOUSA - A título póstumo;-----
- FERNANDO DUARTE ROSADO; -----
- FRANCISCO HORTA CATARINO - A título póstumo; -----
- FRANCLIM DUARTE MIL-HOMENS; -----
- GERMANO VIDAS SIL VÉRIO - A título póstumo; -----
- GILBERTO LINDIM RAMOS; -----
- HUMBERTO SOUSINHA MACATRÃO - A título póstumo; -----
- JOÃO ALBERTO MATOS; -----
- JOÃO ALEXANDRE PEREIRA - A título póstumo; -----
- JOÃO MANUEL FERREIRA - A título póstumo; -----
- JOÃO RAFAEL PEDRO; -----
- JOSÉ NEVES RODRIGUES - A título póstumo; -----
- MANUEL ABEL COSTA - A título póstumo; -----
- MANUEL MARTINHO GRAÇA - A título póstumo; -----
- ORLANDO LINDIM RAMOS - A título póstumo; -----
- PALMIRA ALBERTO MATOS; -----
- TEÓFILO ALBERTO MATOS - A título póstumo; -----
- VASCO PEREIRA DA CONCEIÇÃO - A título póstumo, -----

-----As medalhas cuja atribuição ora é proposta, serão entregues durante a próxima Sessão Solene da Assembleia Municipal do Bombarral, comemorativa do 30.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, pelo que, deverá a Câmara Municipal providenciar quanto à sua antecipada aquisição e emissão dos respectivos diplomas.”-----

-----O senhor José Alexandre Fonseca (BP) perguntou se neste período de estudo apareceu mais algum nome que tivesse passado por esquecimento. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que seja do seu conhecimento não. -----

-----O senhor Carlos Duarte (PSD) solicitou esclarecimentos sobre alguns nomes que desconhece, tendo o senhor Presidente da Mesa prestado os necessários esclarecimentos. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse ter ficado impressionado pela forma como foi possível pensarem todos em uníssono em algo tão importante como a atribuição destas medalhas. O BP está muito satisfeito por se ter chegado a bom porto.

-----O senhor José Júlio Barreiras (PSD) chamou a atenção que um seu tio de nome Carlos Luis Cândido, ainda vivo e residente em Caldas da Rainha, esteve preso em 1961 em Caxias por motivos políticos. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia considerou natural que possam aparecer outros nomes, estando a Assembleia sempre a tempo de emendar a situação em futuros aniversários. Considerou que se pode incluir o nome referido na proposta. --

-----Os líderes das cinco bancadas manifestaram a sua concordância com a inclusão do nome do senhor Carlos Luis Cândido na proposta hoje em apreciação, devendo o senhor José Júlio Barreiras fornecer o respectivo contacto. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) sugeriu a elaboração de uma brochura com a indicação de quem foram as pessoas e porque motivo foram presas. -----

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

-----Colocada a proposta à votação foi deliberado por unanimidade e em minuta aprová-la. -----

-----APRECIAÇÃO DA OMISSÃO POR PARTE DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA EM PRESTAR AS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO OFÍCIO 1/2004: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que no seguimento das diversas críticas formuladas em relação à dificuldade em obtenção por parte da Câmara Municipal das informações requeridas, enviou um ofício ao senhor Presidente da Câmara a solicitar com carácter de urgência essas informações. Uma vez que até à data da convocatória da sessão não tinha chegado resposta colocou este ponto em ordem do dia para ser apreciado pela Assembleia Municipal. Entretanto no dia 27.02.2004 o senhor Presidente da Câmara fez chegar a resposta. Considera que ainda assim este assunto deve ser discutido porque a informação veio com largo atraso. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que as informações solicitadas pela Comissão de Acompanhamento do Orçamento foram pedidas à Divisão Financeira, mas pela forma como as coisas correram em 2003 levou algum tempo à sua satisfação. A justificação para a ausência da senhora Chefe da Divisão Financeira teve a ver com a realização no mesmo dia de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal e por causa da necessidade de procurar preparar o orçamento para 2004. Com o fim da reunião de Câmara e estando a chegar o senhor Presidente da Comissão referiu que o documento não havia sido enviado devido à realização da reunião de Câmara. A dificuldade no envio de respostas tem a ver com a falta de meios.-----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse que não pode deixar de lamentar as desculpas do senhor Presidente da Câmara que são a razão de ser do que entende. A justificação dada foi só para a última reunião da comissão. Em Julho 2002 solicitou informação sobre qual a situação financeira da autarquia, sobre qual o grau de execução das obras previstas no PPI e relatório de execução do orçamento para 2002, mas não houve resposta nenhuma. A senhora Chefe de Divisão Financeira alegou na altura o não enquadramento do novo POCAL. Em Outubro de 2002 solicitou informação sobre qual a situação financeira da autarquia, qual o grau de execução das obras previstas no PPI, relatório de execução do orçamento para 2002, Contas de Festival do Vinho, Festival de Musica e Férias Desportivas 2002, relatório estimativo dos danos e prejuízos causados à Câmara Municipal pelo facto de ainda não ter sido concluído o processo de concurso público para atribuição da recolha de resíduos sólidos urbanos. Não houve resposta escrita e a senhora Chefe de Divisão Financeira deu a mesma explicação. O mesmo em Fevereiro e Dezembro de 2003. Em Janeiro de 2004 mereceram esta desculpa na presença dos elementos que compõem a comissão. Foi um desrespeito total como tem vindo a ser hábito do senhor Presidente da Câmara. As desculpas deviam ter sido dadas no dia da reunião. Poderia aceitar a justificação da ausência da senhora Chefe de Divisão, mas não foi por haver reunião de Câmara naquele dia que não se podia responder por escrito. Mais uma vez foram pedidas as informações através do senhor Presidente da Mesa da Assembleia e o prazo era até 02 de Março. Mandou hoje distribuir uma convocatória para dia 18.03.2004 mas mais uma vez não recebeu a documentação. Mais desprezo do que este é impossível.-----

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que esta comissão entrou em funcionamento em Setembro de 2002 e daí para cá algumas reuniões não se puderam realizar dado que o presidente da comissão as desmarcou por falta de documentos. Várias vezes questionado nunca o senhor Presidente da Câmara teve um pedido de desculpas para apresentar, palavras dignas mas que parece não fazerem parte do seu vocabulário. Hoje provou-se que continua a obstaculizar o funcionamento da comissão do orçamento porque os documentos estavam prontos. Tem lido com atenção as actas das reuniões de Câmara e não se apercebeu de nenhum vereador tomar posição. A CDU sugere o envio de uma informação detalhada ao IGAT solicitando uma fiscalização da actividade da Câmara Municipal sobre estes acontecimentos. -----

-----A D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) em nome da Comissão de Urbanismo disse que o senhor Presidente da Câmara referiu que a razão do atraso na resposta tinha a ver com a falta de meios, mas estamos a falar em 6 meses e o que foi enviado foi uma página em que as informações continuam a ser sumárias. Não é minimamente aceitável. É completamente inadmissível que os contactos entre o órgão executivo e as comissões funcionem desta forma. Considera que esta não é a forma mais correcta das coisas se passarem. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que desde cedo parece que as rajadas são para emperrar o funcionamento da comissão. Houve muitos pedidos de informação que não foram satisfeitos. O senhor Presidente da Câmara não tem vereador a tempo inteiro, chefe de gabinete ou assessor, não se dá com o pessoal, tranca as coisas, não é da família dos moluscos nem tem 12 braços. O objectivo das comissões é acelerar o marasmo deste concelho. Vinha a falar com o senhor Paulo Patrício e concordaram que se a comissão funcionasse não se estava aqui hora e meia a falar da situação financeira. Quando são pedidas informações e são ignorados não resta outra opção senão a que a CDU disse: inspeccione-se a Câmara. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que a sua posição não é nova. Discorda da postura do senhor Presidente da Câmara ao não fornecer as informações pedidas baseado no princípio do funcionamento da democracia que pressupõe o acompanhamento e discussão dos assuntos. Estamos aqui para chegar a conclusões. A lei prevê que a Câmara tem obrigação de facultar as informações pedidas. Ao não ser cumprido parte do que prevê a lei fica um processo coxo. É inaceitável a manutenção desta situação. Pensa que esta Assembleia tem obrigação de tomar uma posição. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse terem chegado à conclusão que os problemas são às catadupas. Há documentos que a Assembleia Municipal pede e os documentos chegam atrasados, mas há recomendações aprovadas que chegam à Câmara Municipal e vão para o caixote do lixo, como foi o caso da LA PECOL e do Parque Desportivo. É tão grave que já ninguém acredita no Presidente da Câmara. É tal o descrédito do Presidente da Câmara que hoje no regulamento das taxas ninguém votou a favor, nem o partido que o apoia. Já ninguém acredita. É um massacre que temos aqui todos os dias. -----

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que nunca foi convidado para nenhuma reunião da comissão do orçamento. Não pediu desculpas mas várias vezes se penitenciou pelos atrasos. A altivez de posição não é seu timbre. O traço de humildade é algo que costuma pôr no seu exercício. Vai provar que o que estava a dizer era imbuído da melhor das intenções. Bastava terem colocado sobre suspeição a sua atitude para 2.^a feira levar a correcção a reunião de Câmara. Quanto às dificuldades próprias do seu exercício já deixou de ser uma surpresa as palavras e atitudes do senhor João Paulo Hermenegildo. Já toda a gente se apercebeu que no PSD há várias sensibilidades. Todos deviam estar imbuídos do interesse comum. Pensa viver no Bombarral muitos mais anos do que aqueles em que foi autarca. Lamenta dizer mas parece que tudo quanto o senhor Manuel Patuleia disse trouxe confusão à Assembleia Municipal. As questões das recomendações não foram atitudes do Presidente mas sim de toda a Câmara Municipal. Tem fair play para ouvir o que lhe dizem.-----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse pensar que o senhor Presidente da Câmara tinha um pouco mais de respeito pelas pessoas porque está a mentir. No dia da reunião da comissão encontrou o senhor presidente da Câmara na sala de vereadores e este perguntou-lhe se tinha recebido os documentos e quando respondeu negativamente fez uma careta. Os serviços tinham-lhe dito horas antes que em conversa com a senhora Chefe de Divisão tinham ficado com a ideia que a mesma iria estar na reunião. Quanto a dizer que nunca foi convocado, sabe que um dos problemas era esse. Se calhar eram represálias por causa disso. O Presidente da Câmara não faz imposições à comissão. O Presidente da Câmara é que tem falhado e os membros da Assembleia Municipal são unânimes em relação ao desrespeito que tem tido. Já deviam ter pelo senhor Presidente da Câmara o mesmo respeito que este tem pela Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Câmara não respondeu à comissão porque está melindrado por não ter sido convocado para nenhuma reunião. Hoje deixam este alerta, se o senhor Presidente da Câmara continuar a tomar posições destas a Assembleia Municipal deve ter a mesma atitude. Se quer ser respeitado tem de se dar ao respeito.-

-----O senhor Presidente da Câmara considerou indevidos e abusivos os termos utilizados. É o único que não está em situação de fazer represálias. O seu propósito é que de má fé não tem sido. Procurar mover-se em função das dificuldades que tem. Não é ele quem elabora as informações e os documentos.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que esta questão está a ser levantada porque existe pertinência e tem de concordar com algumas das observações feitas. Isto em nada prestigia os dois órgãos e o relacionamento que se pretende que exista. Todos sabem as dificuldades que o Presidente da Câmara tem em responder às inúmeras solicitações e as dificuldades a nível do pessoal técnico, mas, havendo essas dificuldades e sabendo o senhor Presidente antecipadamente que não tem condições de dar as informações solicitadas devia dirigir-se aos responsáveis das comissões indicando esse facto e dando um prazo. Não se quer abrir uma guerra com o senhor Presidente da Câmara mas a Mesa tem obrigação de zelar para que aquilo que é acção da Assembleia Municipal seja cumprida e disso não se desviará. Foi feita a

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

sugestão de ser enviada uma participação à IGAT mas entende não haver ainda motivo para isso. Essa participação a ser feita será no sentido de uma acção tutelar. Exorta o senhor Presidente da Câmara a que de futuro tenha maior sensibilidade para esta questão e quando não puder dar informações informe a Assembleia e as Comissões e indique um prazo dentro do qual a informação pode ser prestada. Não pode acontecer as comissões reunirem sem elementos. O senhor Presidente da Câmara enviou-lhe a informação com atraso mas posteriormente a comissão do orçamento pediu mais elementos e o prazo já foi ultrapassado. O senhor Presidente da Câmara tem aqui a hipótese de não podendo enviar essa informação dentro do prazo, informar a comissão de quando o vai fazer. Se a situação não se alterar será o primeiro a tomar medidas que poderão passar por uma informação à tutela. -----

-----DELIBERAÇÃO SOBRE O LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que antes de agendar este ponto em ordem do dia pretendeu contactar os líderes de bancada para saber a respectiva opinião, porque o regimento impõe que as sessões solenes são no salão nobre da Câmara Municipal. Uma vez que é previsível que o salão nobre possa não estar em condições para ser utilizado no 25 de Abril entendeu a Mesa trazer este ponto a apreciação. Fez os contactos a seguir mas chegou à conclusão que era uma situação que levantava algumas reservas nomeadamente na conversa que teve com o líder da bancada do PSD. Por isso a Mesa entende não colocar à apreciação uma questão que não terá unanimidade. Na eventualidade da sessão solene não poder realizar-se no salão nobre será marcada para o auditório municipal. -----

-----MATA MUNICIPAL: Foi deliberado por unanimidade reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre a seguinte proposta apresentada pelo Movimento Bombarral primeiro: "A) que a mata municipal do Bombarral é a 'jóia da coroa' do nosso património natural, a "sala de visitas" da sede do Concelho e, para além do mais, o único espaço verde com alguma dimensão no perímetro urbano da vila do Bombarral, fazendo parte do imaginário de gerações e gerações de bombarralenses que dela usufruíram como espaço de brincadeira e convívio; B) que o seu valor inigualável levou o Governo de Portugal, há já mais de 60 anos, a classificá-la como de interesse público. C) os alertas que pontualmente vêm sendo feitos por associações ambientalistas e de defesa do património e pela própria Assembleia Municipal e, em especial, o último comunicado da Associação Real 21, que a todos deve preocupar e que se anexa a esta proposta, e cujos fundamentos aqui se acolhem por remissão; O Grupo Municipal "O Bombarral Primeiro" propõe à Assembleia Municipal do Bombarral: 1. Que promova, por convite, a constituição de um Grupo de Trabalho informal, composto por um elemento em representação da Associação Real 21, um elemento em representação da Associação de Defesa do Património do Concelho do Bombarral, um elemento em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, um elemento em representação da Comissão da Assembleia Municipal de Urbanismo e Ordenamento do Território e um elemento em representação da Assembleia de Freguesia do Bombarral, que tenha por objectivo a produção de um ante-projecto de

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

Plano de Salvaguarda e Preservação da Mata Municipal do Bombarral. 2. Que recomende à Câmara Municipal do Bombarral que ponha ao dispor do Grupo de Trabalho referido no ponto anterior, todos os meios técnicos e humanos, nomeadamente levantamentos e estudos sobre a mata municipal e facilidades, designadamente de instalações para reunirem, e que requisiite à Administração Central, sob proposta do Grupo de Trabalho, todo o apoio técnico que se venha a revelar necessário para a prossecução dos citados fins.” -----

-----Pelas 01.00 horas atingido o limite horário regimentalmente estabelecido, foi deliberado por unanimidade prolongar a reunião por mais uma hora. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que a proposta apresentada evidencia o conceito que têm da Mata Municipal. Este concelho foi durante séculos uma zona privilegiada em termos de arborização. É importante recordar que o rei D. João I e seu filho D. Pedro aqui caçavam na mata da Delgada e nas invasões francesas esta zona era considerada perigosa porque densamente arborizada. Entretanto foi avançando a agricultura e em 1941 o que restava das matas foi comprado pela Câmara Municipal sendo hoje a Mata Municipal. Há cerca de 15 anos o prof. Fabião do Instituto Superior de Agronomia localizou árvores notáveis e é esta mata que está a correr o risco de definhar e morrer. É por isso que têm pressa. Toda a envolvência em termos de construções obstaculiza o desvio das águas e a pedra de toque é a construção do arquivo municipal. Não são admissíveis níveis friáticos tão elevados que levam a que haja empoçamento das águas que se mantém durante o Inverno. -----

-----A D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse que por enquanto a Mata Municipal tem um património natural considerável. A chamada de atenção para a necessidade de preservação da Mata já vem de há longo tempo. Referiu que somos capazes de ter uma espécie de carrasco raríssimo que todos pensavam existir apenas na serra da Arrábida, mas as investigações realizadas descobriram que temos essa espécie raríssima em grande quantidade. Não podem permitir que esse património se perca. Espera que a construção do arquivo não seja acelerada para não se vir a cair na inevitabilidade. Espera que só se avance após o estudo do local. A CDU está perfeitamente em sintonia com a proposta feita. Neste momento a Mata tem possibilidades de ser muito rentável mesmo do ponto de vista económico para o município. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse haver outra mata semelhante a esta que é a mata da Quinta da Granja. Acha muito bem que se proteja a Mata e devemos ter técnicos com informação abalizada. O que se está a fazer é um corte que devia facilitar o escoamento das águas. O facto de se ter limpo a mata de loureiros e outras espécies infestantes pode ter provocado esta situação. -----

-----A D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) lembrou o documento elaborado pela associação Real 21 e disse que ninguém referiu que a falta de escoamento na mata se devia à obra em curso. O que é dito é que as charcas estão a aparecer e a levar à queda de árvores de grande porte. Foram apresentadas algumas hipóteses para causa do que está a suceder. Quanto mais construções se fizerem pior. O arquivo será mais

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

um dos aspectos que irá contribuir para agravar o problema. Acha que todas as hipóteses devem ser vistas e pensadas. -----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) considerou que a Mata a todos exige reflexão. Concorde com o senhor Carlos João Fonseca. A proposta é pertinente mas a identificação das pessoas não será a mais adequada. Se o problema da drenagem é acrescido então que se chame alguém dessa área para dar uma opinião abalizada. A Mata deve ser preservada e defendida. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) quanto à constituição do grupo considera a proposta pertinente. A Mata é um património importantíssimo e é uma mais valia para o concelho. A Mata é para ser mostrada e ensinada às pessoas. Foram várias obras que provocaram este problema e só os técnicos de hidráulica podem indicar o que se passa. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que ao que sabe o arquivo Municipal ainda não tem construção. Toda a construção envolvente é que pode ter causado o problema. Devem vir ver a situação os técnicos do Ministério do Ambiente. -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----**ESTATUTOS DA COMUNIDADE URBANA DO OESTE:** Foi deliberado por unanimidade reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre a proposta de estatutos da Comunidade Urbana do Oeste. -----

-----A D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse que em relação à proposta de estatutos havia inicialmente duas áreas no artigo 2.º que faziam todo o sentido (modernização técnica e administrativa e formação profissional) que faziam todo o sentido mas que saíram nesta versão. Solicitou esclarecimentos sobre o ponto 2 do artigo 15.º e considerou que as alíneas e) e k) do n.º 5 do artigo 21.º poderiam fazer sentido se se estivesse a falar de uma grande área metropolitana e não em concelhos rurais. O artigo 37.º preocupa-a bastante porque se pressupõe que a CUO vai dar prejuízo e os municípios é que até Abril vão ter de cobrir o mesmo. Quanto ao artigo 48.º disse que para entra na CUO é muito fácil mas para sair é que são elas. Estas razões lavam-na a ter muito mais reticências na aprovação dos estatutos do que na adesão à CUO. -----

-----Foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (9 do PSD, 8 do BP, 5 do PS e 2 do CDS/PP) e 2 votos contra (2 da CDU) aprovar a proposta de estatutos da Comunidade Urbana do Oeste. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 01.50 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

ACTA N.º 03/2004 – Reunião de 05 de Março de 2004

O 2.º Secretário: